
ADEUS AO TRABALHO?: ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO¹

Diego Pessoa Irineu de França²
diego.pe.ssoa@hotmail.com

As transformações no mundo do trabalho afetaram a sua forma de ser, atingindo dimensões objetivas e subjetivas dos sujeitos coletivos ou da *classe-que-vive-do-trabalho*, como nos sugere o autor. O marco disso são os anos 1980, época em que o livro *Adeus ao Trabalho(?)* aponta que os efeitos não se restringiram ao mundo pobre, abrangendo especialmente o mundo desenvolvido. A quebra dos padrões produtivos trouxe consigo um agravamento dos níveis de degradação dos sujeitos, tornando-os flexíveis, ao mesmo que acarretou o dismantelamento das organizações sindicais, que estavam assentadas no padrão tradicional de acumulação, no qual o trabalho ainda possuía algum poder de barganha no âmbito fabril e relativa participação nos lucros empresariais. Antunes dará atenção especial a contradição estrutural entre capital-trabalho, atentando como o novo regime de acumulação redefiniu as formas de exploração, assim como fragilizou as formas de lutas tradicionais.

Em sua obra veremos como o taylorismo-fordismo deixou de ser exclusivo e passou a se mesclar com formas de acumulação mais voláteis, que recebem várias denominações, a saber: “neofordismo”, “neotaylorismo”, “pós-fordismo”, sobretudo advinda do mundo rico. São várias as características desse novo modelo: “especialização flexível; desconcentração industrial; novas formas de controle da força de trabalho; quebra ou flexibilização dos vínculos; controle de qualidade total etc. Aqui, já fica claro que para o autor a superação do regime flexível sobre o modo anterior, assume uma conotação dialética, à medida que conserva elementos “passados” e introduz outros processos num todo articulado à nova dinâmica social emergente. Isto é, não se tratou de enterrar o fordismo a partir de uma data, depois da qual iniciou-se o *toyotismo*, seguindo uma linha

¹ Resenha sobre a obra de ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre a centralidade no mundo do trabalho. 15 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

² Doutorando da FCT/Unesp/Presidente Prudente-SP.

temporal cronológica. Ao contrário, ocorreu uma (co)existência entre formas de exploração e controle dos processos de trabalho.

Logo de início, Antunes explicita o conceito de fordismo que irá dar coesão ao texto, referendando-o ao processo de trabalho na indústria, isto é, a produção em massa, as formas de controle do tempo, estabelecido pela produção em série, pela existência parcelar e fragmentaria das funções; concentração e verticalização das indústrias e a constituição do operário-massa. Em suas palavras temos que:

Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 2011, p.35).

Certamente está conceituação irá implicar na forma de enxergar os desdobramentos das formas de produção que se transfigura no regime flexível, não apenas por sua característica produtiva, mas pela instauração de um diversificado sistema de controle do trabalho. A luta pelo controle da força de trabalho parece ocupar um lugar central na análise de Antunes, à medida que as transformações, sejam de cunho organizacional, descentralização geográfica, transfiguração funcional no mundo industrial, intentou, em última instância, conter qualquer forma de organização da classe trabalhadora, via sindicatos, sobretudo onde estes eram fortes.

Fruto de reflexões para o trabalho de Livre-docência do autor, defendida em 1994, a obra *Adeus ao trabalho?* representa mais que um mero trabalho acadêmico, publicado em vários idiomas. Vem em boa hora, não apenas porque a expansão do pensamento neoliberal assolava o mundo, mas também por resgatar, com o debate acerca da centralidade do trabalho, a utopia de uma sociedade emancipada do processo degradante e desrealizador do mundo produzido sob a égide do capital. Uma obra de resistência contra as tentativas deformantes da realidade histórica, as quais contribuem para mistificar ou descartar as possibilidades revolucionárias, como visto nas teses do *“fim do trabalho”*, *“fim das classes”*, *“fim da história”* etc.

Tal obra foi direcionada principalmente contra a tese de André Gorz (1982), para quem a categoria trabalho, em decorrência da retração do operariado fabril, não mais constituiria um elemento basilar, nem do processo produtivo nem muito menos constituía o cerne da sociabilidade humana. Ou seja, com base no processo de metamorfismo industrial que alterou a composição orgânica do capital, processo que se desenvolve de

forma desigual, Gorz impugna toda uma complexa construção teórica assentada na teoria do valor trabalho pelo marxismo.

Antunes parte dos seguintes questionamentos: a classe-que-vive-trabalho, termo que usa para designar uma compreensão ampliada, está desaparecendo, seja em relação ao processo produtivo, seja pelas formas de luta? A redução do operariado fabril significa a abolição do *ser social* fundado no trabalho, isto é, na capacidade de auto-(re)produção humana ou enquanto *protoforma da práxis humana* em intercâmbio com a natureza? Que implicações tais transformações colocam para as organizações do(a)s trabalhadore(a)s, especialmente os sindicais?

Inicialmente, as atenções são dadas com ênfase em sintetizar o debate desenvolvido a esse respeito. Evidentemente, o primeiro alvo é a tese da especialização flexível de Sobel e Piore. Antunes se valerá das ideias de Coriat (1992) e Clake (1991) para questionar a capacidade de universalizar as experiências italianas de produção, segundo as quais descentralizar o processo produtivo, em pequenas empresas, representaria o fim da alienação do trabalho existente no fordismo, uma espécie de “*neoprudonismo*”. Entretanto, Antunes também criticará Clarke, sobretudo por sua ideia de não enxergar a crise atual do capitalismo enquanto expressão da reestruturação pós-fordista.

Da fábrica aos *domestic outworkers*, as transformações tecnológicas, associadas à descentralização das plantas produtivas, buscaram quebrar, como no caso italiano, com o operariado-massa, ou seja, com o aumento da parte constante da composição orgânica do capital ($\text{Capital} = \text{Capital Variável} / \text{Capital Constante}$) e a redução significativa do trabalho vivo, o capital enfraqueceu bastante a classe trabalhadora, o que contribuiu para uma exploração intensa.

O autor de *Adeus ao trabalho?* busca na obra de Harvey (1992), *Condição Pós-moderna*, um aspecto importante para sua argumentação. Observa que aquele vê problemas tanto nas análises que exageram sobre o fim absoluto do fordismo quanto das análises que não enxergam a iminência de formas novas de acumulação que se mesclam constantemente a empreendimentos, de menor escala, com megacorporações. Isto é, que a ideia de “empresa enxuta” só foi possível à medida que surgiram processos de trabalho e de produção de mercadorias terceirizados e descentralizados da “empresa-mãe”, o que acarretou, além de intensificar apropriação de matérias primas baratas, reduzir significativamente o preço da força de trabalho e, conseqüentemente, houve um incremento na exploração, já que muitos deles ou delas quase nunca possuíam vínculos trabalhistas.

As principais características do *toyotismo* estaria nos seguintes aspectos: a) produção variada e subsunção ao consumo, isto é, a demanda passa a determinar a produção e com isso a ideia de “estoque mínimo” baseada no padrão “*Just in Time*” e no método Kanban, que significa substituição dos produtos após a venda; b) incorporação de princípios que reforçam a ideia de qualidade total; flexibilidade, multifuncionalidade e polivalência operária; Voluntarismo exacerbado do(a)s trabalhadore(a)s, de modo a identificar os sujeitos não mais enquanto classe, mas como colaboradores da empresa, isto é, que o objetivo da classe seja esvaziado pela incorporação de ideais empresariais sutis, que visam o (auto)controle dos sujeitos a partir de uma nova moralidade.

O exemplo da articulação entre métodos flexíveis de acumulação, introduzidos pela “empresa enxuta”, repercutiu no enfraquecimento das organizações sindicais, como expressam as derrotas sindicais nas greves japonesas das fábricas da Toyota, bem como na criação de um “sindicalismo-empresa” em substituição a um sindicalismo combativo. Assim, grande parte dos sindicatos, guinados por esta lógica, passaram a ser um trampolim oportunista para grupos de trabalhadores privilegiados ascenderem. Em suma, do modelo japonês expresso na empresa Toyota e no método *obnismo* (em ao engenheiro Ohno), emerge também o típico sindicato manipulado e cooptado pelos interesses corporativos do capital e opostos à classe trabalhadora (ANTUNES, 2011).

Com base na argumentação de Goumet (1991), Antunes busca mostrar como o *toyotismo* tornou-se uma forma incorporada pelo capital no combate ao trabalho organizado, já que a demanda por um número reduzido de trabalho vivo, bem como pelo perfil diversificado, aumentou-se significativamente a intensificação do ritmo e/ou das funções realizadas pelos sujeitos. Isto significou que mesmo com a aparente redução das horas de trabalho por dia, em alguns setores, não representou uma redução do trabalho objetivado nos produtos, nem tampouco uma redução das funções laborais exercidas pelos empregados.

Não mais restrito às fábricas japonesas, o *toyotismo* assumiu um caráter universalizante, se expandindo de maneira híbrida pelos países centrais e pelo mundo periférico. Ao contrário de Coriat, que sonhava que uma versão social-democrática de *toyotismo* resolveria os problemas do capitalismo em crise, Antunes pondera que a expansão deste regime tendeu a minar o que ainda era considerado *Welfare state*, especialmente devido a identificação deste modelo com a lógica de regulação neoliberal, retraindo fundos públicos e reduzindo direitos tanto dos trabalhadores empregados quanto restringindo

possibilidades aos que já não encontravam mais emprego. “Menos do que social-democratização do *toyotismo*, teríamos uma toyotização descaracterizadora da social-democracia”(ANTUNES, 2011, p.38), acrescenta ele.

A partir das considerações sobre os mecanismos de controle, o autor lembra que não devemos considerar o *toyotismo* enquanto um avanço no que tange a organização societária, na medida em que continua a valorização do capital, ao mesmo tempo em que precariza intensamente os sujeitos que trabalham. O fato de resolver parte dos problemas de acumulação do capital, não deve significar que haja progresso nas relações de trabalho, as quais atualmente são fortemente efêmeras e precárias, basta observar a terceirização e o setor de serviços. Mesmo com a ideia de “horizontalidade” na produção, o novo regime não suprime o estranhamento e a desidentidade entre indivíduo e gênero humano.

Além disso, através da introdução de um novo léxico-ideológico para o conjunto dos sujeitos, com o intuito de identificar os interesses empresariais com os antagônicos interesses dos sujeitos que trabalham, procura cooptar e desconstruir subjetivamente a classe trabalhadora, como sugere a palavra “colaborador” e/ou os teatros empresariais que incitam uma moralidade do “bom trabalhador”. Esses mecanismos não eliminam o estranhamento entre produto e produtor, sendo que este permanece alheio ao produto final de seu trabalho, conforme lembra-nos Antunes: “*No universo da empresa Toyota verificam-se um estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite*”.

Apesar de constatar a diminuição do operariado fabril tradicional, o autor identifica a ampliação constante do assalariamento precário, típico de uma subproletarização. Isto é, evidencia que uma maior complexificação, fragmentação e heterogeneidade assume a forma do trabalho, já os temporários, os parciais, terceirizados, informais, a predominância de mulheres (no setor de serviços) etc, constituem essa nova morfologia na era do desemprego estrutural.

Mesmo se atendo a processos tão amplos e genéricos, cujo estudo visa apreender dimensões de um processo universal, o autor consegue articular especificidades da classe trabalhadora, a exemplo da relação intrínseca entre *classe* e *gênero*, discussão indispensável à compreensão das formas de apropriação do valor ao longo da história do capitalismo, bem como questão nevrálgica caso se queira pensar nos processos emancipatórios no século XXI. Deste modo não se trata apenas de abolir a opressão da propriedade privada contra o ser humano em geral, mas pressupõe necessariamente romper com a opressão patriarcal

infligida sobre o *ser mulher trabalhadora* (certamente agravada quando se considera a mulher negra e pobre).

Além de abordar estes processos de crise de acumulação do capital, o autor nos presenteia com uma abordagem rica acerca das repercussões dos processos de reestruturação produtiva nas formas de organização da classe trabalhadora. Deste modo, é notável que paralelamente a reorganização empresarial houve uma grande diminuição da taxa de densidade sindical, especialmente nos fins dos anos 1980, e que atingiu diretamente os países centrais do capitalismo. Este contexto de pulverização de uma classe trabalhadora cada vez mais efêmera e precarizada contribuiu para o surgimento de um sindicalismo verticalizado, onde os poucos sujeitos estáveis não demonstram solidariedade com as demais categorias. Tudo isso, diz Antunes, implica em grave problema de representatividade sindical, já que esta entidade possui dificuldades em aglutinar as diversas demandas de classe a partir de uma luta unitária.

Essa forma de sindicalismo cooperativo acabaria privilegiando interesses de estratos “superiores” de trabalhadores, os quais a partir dos processos de cooptação serviram em grande medida para frear as resistências nas/das greves. Em suma, o autor coloca uma série de questões vitais para os desdobramentos dos sindicatos caso se deseje fortalecer-se contra o *destrutivismo* do capital. O primeiro passo seria avançar de uma forma “cooperativa” e “defensiva” rumo a construção de um projeto autônomo da classe trabalhadora, o qual deveria considerar não apenas a heterogeneidade dos sujeitos e suas demandas, quanto estabelecer uma unidade entre as questões imediatas (como questões salariais, direitos básicos e redução da jornada de trabalho) com a luta estratégica anticapitalista.

Contudo, o fato da crise ser uma evidencia em diversos aspectos da classe trabalhadora, com implicações objetivas e subjetivas, Antunes (re)afirma não ser possível impugnar a permanência da categoria trabalho enquanto estruturante social, já que isso implicaria em desconsiderar os processos de exploração que estão implicados na produção do valor abstrato. E, além disso, e talvez seja o equívoco mais grave a que Antunes se opõe, retirar a centralidade do trabalho enquanto protótipo da práxis social, ou seja, enquanto elemento fundamental de intercâmbio entre sociedade e natureza na produção de *valor de uso (independente da forma histórica)*, implicaria em suprimir a possibilidade de uma sociedade para além do capital, que deveria ser obra do próprio trabalho associado.

Deste modo, as formulações mais criteriosas em relação à crise do trabalho abstrato (a exemplo de Robert Kurts (1992), em *Colapso da Modernização*) devem especificar, na visão de Antunes, a que tipo de trabalho se reportam, sob pena de desconsiderarem a dupla dimensão do trabalho, que em termos marxianos, nunca foi reduzido à sua dimensão abstrata.

Considerar o trabalho enquanto protoforma do ser social não significa defender sua exclusividade na emancipação humana, isto é, na fundação da sociabilidade do tempo livre. Ao contrário, busca compreender todo o caráter potencialmente emancipatório que surgiu com o desenvolvimento da técnica-ciência-informação, cuja lógica foi invertida a garantir a reprodução do capital e não a uma sociedade emancipada. Considerar que as tecnologias irão suprimir a exploração sem uma modificação qualitativa da lógica para qual estão vinculadas, tornar-se uma fantasia tão grande quanto a que acredita que num mundo presidido pelo sociometabolismo do capital não exista trabalho abstrato ou subsunção do trabalho vivo.

Diante da constatação de que há a permanência do trabalho vivo tanto enquanto produtor de mercadorias quanto em relação a produção de valor de uso, o autor lança uma questão de suma importância, a saber: a quem caberia a vanguarda dos processos de resistência anticapitalistas? Ao contrário da visão hegemônica, que vê nos altos escalões do trabalho relativamente estável, o autor aposta na rebeldia do subproletariado, tendo em vista sua condição generalizada de precariedade. Deste modo, estas parcelas privilegiadas estariam mais propensas a serem cooptadas pelos segmentos do capital em detrimento da heterogeneidade da classe trabalhadora.

Para o autor, existe uma incompatibilidade entre trabalho alienado e tempo livre, o que implica necessariamente no impedimento de uma vida dotada de sentido dentro e fora do trabalho. Para a concretização disso, Antunes sugere uma mudança qualitativa nas formas de regulação do tempo de vida, isto é, que este não seja presidido pela sociabilidade hierárquica e opressora do metabolismo capitalista. Isso só seria possível através do conjunto do trabalho, que deve tomar para si os mecanismos de controle das formas de produção, guiando, conseqüentemente, suas prioridades, de modo a atender as necessidades reais do ser humano e não aos reclames fetichizados do capital. Em suma:

Não é possível compatibilizar trabalho desprovido de sentido com tempo verdadeiramente livre. [Isto porque]: “o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social [...] O trabalho assalariado que dá sentido ao capital gera uma subjetividade inautêntica no próprio trabalho. Numa

sociabilidade superior o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá como corolário a desestruturação do próprio capital (ANTUNES, 2011, p.123-124).

Neste sentido, o problema da supressão do trabalho estranhado ganha vital importância na obra de Antunes, na medida que este desidentifica e desrealiza o trabalhador. Ou seja, ao produzir riqueza na sociedade hegemônica pelo capital, o trabalho também produz as condições de sua própria miséria. À medida que amplia o tamanho do capital, ampliam-se também o pauperismo do trabalho. Logo, a emancipação não estaria na instauração da sociedade do não-trabalho (como queriam Gorz, Habermas, Offe), mas do surgimento de novas sociabilidades fundamentadas no valor de uso.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. pp. 2013.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social democracia? **Lua Nova**. São Paulo: Cedec, n. 24, 1991.

CORIAT, B. **El taller y el robot: ensaios sobre el fordismo y la producción en masa em la era de la electrónica**. México/Espanha: Siglo XXI, 1992.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Goumet, T. Luttés concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile. **Etudes Marxistes**, n.10. Bruxelas, maio 1991.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

Submetido em: março de 2018

Aceito em: abril de 2018